

O núcleo urbano de Ilha Solteira (SP) e a utopia da Cidade Nova no desenvolvimentismo de 1945 a 1980

The urban center of Ilha Solteira (SP) and the utopia of New Town in developmentalism from 1945 to 1980

El núcleo urbano de Ilha Solteira (SP) y la utopía de la Ciudad Nueva en el desarrollismo de 1945 a 1980

Inayara Santos Sampaio*

Universidade de São Paulo; Instituto de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
São Carlos (SP), Brasil.
inayara.sampaio@usp.br

Eulalia Portela Negrelos

Universidade de São Paulo; Instituto de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
São Carlos (SP), Brasil.

Camila Ferrari

Universidade de São Paulo; Instituto de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
São Carlos (SP), Brasil.

* Autora correspondente.

CRediT

Contribuição de autoria: SAMPAIO, I. S.: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição; NEGRELOS, E. P.: Análise; Metodologia; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – revisão e edição; FERRARI, C.: Análise; Metodologia; Redação – revisão e edição.

Conflitos de interesse: As autoras certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Código de Financiamento 001.

Aprovação de ética: As autoras certificam que não houve necessidade de aprovação de Comitê de Ética.

Uso de I.A.: As autoras certificam que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do trabalho.

Editores responsáveis: Daniel Sant’Anna (Editor-Chefe); Luciana Saboia (Editora Associada); Leandro S. Cruz (Editor Associado); Paola Ferrari (Editora Associada); Sophia Carvalho (Assistente editorial).

Resumo

O artigo busca analisar como as cidades-empresa implantadas no Brasil entre 1945 e 1980, para a construção de usinas hidrelétricas, foram instrumentos de desenvolvimento econômico regional e forjaram novas dinâmicas sociais e urbanas, representando uma fase marcante da história do planejamento territorial e urbano no país. A construção da ideia América Latina como utopia se manifesta na concepção das cidades latino-americanas como epicentros da reprodução do capital e do poder político e simbólico da ideologia desenvolvimentista. Nessa perspectiva, considera-se as Cidades Novas no Brasil como utopias concretizadas, tendo como objeto Ilha Solteira (SP), núcleo urbano de apoio a empresa estatal de geração de energia, exemplo de dispositivo de desenvolvimento econômico-territorial. A pesquisa histórica que compõe o artigo combina análise documental sobre Ilha Solteira e revisão da literatura sobre planejamento urbano e desenvolvimento territorial. Os resultados da pesquisa evidenciam as Cidades Novas como especificidade brasileira na América Latina no desenvolvimentismo, na dinâmica da “Marcha para o Oeste” como projeto estatal, indicando que Ilha Solteira, como Cidade Nova, contribuiu na urbanização do Oeste Paulista, consolidando o modelo de desenvolvimento energético e territorial.

Palavras-Chave: Desenvolvimentismo; Cidades Novas; Usinas hidrelétricas; Ilha Solteira (SP).

Abstract

The article seeks to analyze how company towns established in Brazil between 1945 and 1980 for the construction of hydroelectric plants served as instruments of regional economic development and forged new social and urban dynamics, representing a significant phase in the history of territorial and urban planning in the country. The construction of the idea of Latin America as a utopia is manifested in the conception of Latin American cities as epicenters of the reproduction of capital and the political and symbolic power of the developmentalist ideology. From this perspective, New Towns in Brazil are considered as materialized utopias, with Ilha Solteira (SP), an urban center supporting the state-owned energy generation company, serving as an example of an economic and territorial development device. The historical research that forms the basis of the article combines document analysis on Ilha Solteira and a literature review on urban planning and territorial development. The research results highlight New Towns as a Brazilian specificity in Latin America during the developmentalism within the dynamic of the “March to the West” as a state project, indicating that Ilha Solteira, as a New Town, contributed to the urbanization of Western São Paulo, consolidating the energy and territorial development model.

Keywords: Developmentalism; New Towns; Hydroelectric power plants; Ilha Solteira (SP).

Resumen

El artículo busca analizar cómo las ciudades empresa, establecidas en Brasil entre 1945 y 1980 para la construcción de centrales hidroeléctricas, fueron instrumentos de desarrollo económico regional forjando nuevas dinámicas sociales y urbanas, representando una fase significativa en la historia de la planificación territorial y urbana nacional. La construcción de la idea de América Latina como utopía se manifiesta en la concepción de las ciudades latinoamericanas como epicentros de la reproducción del capital y del poder político y simbólico de la ideología desarrollista. Desde esta perspectiva, las Ciudades Nuevas en Brasil son utopías realizadas, teniendo como objeto Ilha Solteira (SP), núcleo urbano que sustentaba a la empresa estatal de generación de energía, ejemplo de dispositivo para el desarrollo económico-territorial. La investigación histórica que compone el artículo combina análisis documental sobre Ilha Solteira y una revisión de la literatura sobre planificación urbana y desarrollo territorial. Los resultados de la investigación destacan las Ciudades Nuevas como una especificidad brasileña en América Latina en el desarrollismo, en la dinámica de la “Marcha para el Oeste” como proyecto estatal, cuando Ilha Solteira, como Ciudad Nueva, contribuyó a la urbanización del Oeste de São Paulo, consolidando el modelo de desarrollo energético y territorial.

Palabras clave: Desarrollismo; Ciudades Nuevas; Usinas hidroeléctricas; Ilha Solteira (SP).

1 Introdução: Ilha Solteira (SP) no quadro das Cidades Novas como utopia desenvolvimentista

A ideia de América Latina pode ser compreendida como um *constructo* ideológico e utópico de cunho colonizador (Quijano, 2005), ou seja, a história latino-americana inicia-se com a aniquilação de suas raízes, a desestruturação sociocultural dos padrões de poder e o extermínio de sua população. Gorelik (2005) aponta que a América Latina se forma como um lugar de experimentação a partir de uma rede de cidades marcadas pela ordem e racionalidade, algo que as cidades europeias não poderiam reproduzir em suas reformas urbanas. Fundamentando-se nessa teoria, as cidades concebidas na América, desde o século XV, podem ser vistas como mecanismos de colonização.

As experiências de planejamento e implantação de novas cidades na América Latina vêm sendo objeto de crescente atenção na historiografia urbana, especialmente no que tange à compreensão das dinâmicas de expansão territorial, modernização e transformação socioespacial. Frequentemente planejadas e implantadas como instrumentos de políticas de desenvolvimento, essas cidades expressam não apenas ideais urbanísticos e arquitetônicos, mas também projetos políticos, econômicos e sociais, que marcaram profundamente a conformação do território latino-americano ao longo do século XX. Entendemos que algumas dessas cidades podem ser caracterizadas pelo que Trevisan (2020) define como Cidades Novas (CNs):

[...] [C]onceituo CNs como núcleos urbanos criados: 1) pelo desejo do poder público ou da iniciativa privada e concretizado em ações específicas; 2) para buscar atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes (administrativa, de colonização, ferroviária, de realocação, balneária, satélite etc.); 3) em um sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) por agente(s) definido(s) – eventualmente profissional(is) habilitado(s); e 6) em um limite temporal determinado, implicando, inclusive, em um momento de fundação razoavelmente preciso. (Trevisan, 2020, p. 28).

No Brasil, em particular, o fenômeno das Cidades Novas adquire relevância singular, articulando-se à construção de infraestruturas estratégicas e à interiorização da ocupação territorial, especialmente por meio de grandes obras de engenharia como usinas hidrelétricas. Ao mesmo tempo, busca-se compreender de que modo essas Cidades Novas, concebidas como instrumentos de políticas desenvolvimentistas, operam como “laboratórios socioespaciais” (Trevisan, 2013) e como essa condição impacta as formas de ocupação e a estruturação do território, ao materializar ideias utópicas, no contexto do urbanismo latino-americano.

A pesquisa histórica que origina o artigo trata da concepção e implantação de cidades-empresa vinculadas à exploração hidrelétrica no período 1945-1980, delimitando o objeto central no projeto e implantação do núcleo urbano de Ilha Solteira (SP), concebida em 1967 como cidade-empresa de usina hidrelétrica, no quadro das Cidades Novas no Brasil no período militar, buscando contribuir para a construção historiográfica sobre o fenômeno, junto de trabalhos como os de Correia (2022), Trevisan (2013; 2020) e Rego (2020). Combinando análise documental sobre Ilha Solteira e revisão da literatura sobre planejamento urbano e desenvolvimento territorial, desde o primeiro ciclo desenvolvimentista em 1930 (Bielschowsky, 1996), o artigo segue os procedimentos

metodológicos empregados na pesquisa original¹. Focaliza-se a cidade-empresa como ferramenta de expansão e dominação territorial, sendo núcleo urbano de suporte à empresa estatal de geração de energia, inserida no segundo ciclo desenvolvimentista do período militar (Bielschowsky; Mussi, 2006), como dispositivo de desenvolvimento econômico-territorial. O marco temporal final se ampara na consideração dos autores sobre o início da crise do modelo desenvolvimentista em 1980, a partir da “instabilidade internacional e das dificuldades econômicas e financeiras que se seguiram ao colapso do modelo de Bretton Woods e ao primeiro choque do petróleo” (Bielschowsky; Mussi, 2006, p. 18), além das questões macroeconômicas internas sobre o próprio modelo expansionista.

Os resultados da pesquisa evidenciam a especificidade brasileira no desenvolvimentismo latino-americano pós-Segunda Guerra. O projeto ideológico da “Marcha para o Oeste”, iniciado na Era Vargas (1930-1945), impulsionou a expansão urbana e o controle territorial, dando lugar à fundação de novas cidades. Esse projeto estatal foi consolidado e ampliado durante o regime militar, com foco no desenvolvimento energético e na expansão territorial através de Cidades Novas. Ilha Solteira é um exemplo desse processo, evidenciando-se seu papel na urbanização do Oeste Paulista e nas propostas para a Bacia Paraná-Uruguaí. Ainda como resultado de pesquisa, na articulação das fontes documentais e secundárias, a exploração teórica da ideia de utopia na conformação do território a partir da fundação de novos núcleos – os vinculados à exploração energética – tem oferecido elementos robustos para uma análise produtiva sobre o período desenvolvimentista no Brasil, com exploração territorial a partir de cidades-empresa.

Adota-se uma abordagem de análise crítica, orientada pelo método de pesquisa histórica, tendo como objeto central a cidade de Ilha Solteira. A pesquisa baseia-se na análise de fontes primárias, tais como planos urbanísticos e documentos técnicos e institucionais da Companhia Energética de São Paulo (CESP) e na interlocução com o debate conceitual de utopia e ideologia no planejamento urbano. Como resultado, pretende-se contribuir para a compreensão crítica das Cidades Novas brasileiras enquanto fenômenos que articulam dimensões políticas, territoriais e sociais, bem como oferecer subsídios para reflexões sobre os legados dessas experiências para o planejamento urbano.

2 Utopia e cidades novas no planejamento e modernização no Brasil e América Latina

O conceito de utopia, formulado a partir do texto de Thomas Morus no século XVI², contribuiu para designar a categoria textual que inaugura, segundo Choay (2010), traços comuns a outros escritos de urbanismo: a crítica à sociedade existente e a proposição de uma sociedade modelo, sustentada por um espaço ideológico. Esse conceito, associado à ampliação do olhar técnico e das noções de infraestrutura urbana aplicadas aos programas habitacionais desde o final do século XVIII (Bresciani, 2014), fundamentou

¹ Trata-se da dissertação: SAMPAIO, Inayara Santos. *A utopia das Cidades Novas: Estado e planejamento urbano em Ilha Solteira/SP de 1950 a 1980*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2025.

² “Um pequeno livro verdadeiramente dourado, não menos benéfico que entretedor [sic], do melhor estado de uma república e da nova ilha Utopia”, mais conhecido simplesmente como “Utopia”, de 1516. [MORUS, Thomas. *A utopia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017].

propostas como a *Cidade Ideal de Chaux*, de Ledoux, e mais adiante, já no século XIX, as vilas *Harmony* e *New Harmony*, de Robert Owen, e o *Falanstério* de Charles Fourier, para mencionar alguns exemplos. Assim, utopia pode ser entendida como a busca pela perfeição, mediante uma ruptura com a totalidade da sociedade existente e a formulação de uma nova organização, instituições e relações sociais, ou ainda como o vislumbre de uma sociedade futura que suprime os aspectos negativos do presente e potencializa seus elementos positivos, como indicam as utopias francesas do século XVIII (Chauí, 2016).

Para Mannheim (1976), a utopia é um conceito com aspectos revolucionários que dependem da ordem existente. A própria tentativa de defini-la como conceito está ligada à perspectiva individual, refletindo o sistema de pensamento do autor e, em particular, os valores políticos subjacentes que sustentam esse sistema. Ricoeur (2015), por sua vez, compreende a utopia como um “sonho social”, uma fuga da realidade, que permite “escapar às contradições e à ambiguidade do uso do poder e do exercício da autoridade” (Ricoeur, 2015, posição 469). Para ele, a utopia oferece uma oportunidade de extraterritorialidade, de reflexão sobre um sistema cultural de forma distanciada. A partir de Mannheim, Ricoeur (2015) analisa utopia e ideologia no mesmo quadro conceitual e entende a utopia como dissolução do real e crítica ao poder e, a ideologia, como integração social e reforço da realidade vigente. O mito da cidade ideal que surge no Renascimento materializa a busca do homem na construção de uma utopia, que, segundo Tavares (2004), projeta as ideologias do período em que estão inseridas.

Tavares, na linha de Mannheim, entende que o ideal de cidade na América Latina refletiu o espírito local do colonizador, “assim como na Europa, no Brasil colonial as cidades novas espelharam o sistema político e econômico, deixando transparecer nos ideais de cidades, na sua essência, o conflito entre o empreendimento real e a utopia ideal” (Tavares, 2004, p. 28). Como um território considerado apto para se construir um novo mundo, uma nova sociedade, a ideia de América Latina foi construída socialmente, com seu processo de urbanização articulado à ideia de modernidade (Gorelik, 1999). É possível cogitar que para muitos dos grupos de colonizadores do vasto território latino-americano este pudesse representar a realização da utopia de uma nova vida, alicerçada em sonhos de conquista e enriquecimento.

A partir da década de 1920, a América Latina vivenciou uma nova fase da modernidade que substituiu a abordagem teórica – destrutiva – da vanguarda por uma perspectiva construtiva, fundamentada na convicção de que a região era o ambiente ideal para a edificação de uma nova sociedade. A modernidade se concebe como um meio para alcançar o desenvolvimento e o Estado toma para si a tarefa de construir uma tradição – já que não havia a intenção de destruir as instituições ou a tradição, como sugerem as vanguardas europeias – e de ser o mecanismo de unificação nacional. Assim, as vanguardas na América Latina foram promovidas pela ideia de construção de identidades nacionais, em que a arquitetura moderna encontrou espaço para congregar-se aos objetivos político-ideológicos do Estado (Gorelik, 2005).

O período do segundo pós-guerra foi caracterizado principalmente pelas transformações econômicas e políticas de marca desenvolvimentista, que, na América Latina, foram associadas aos processos de industrialização no modelo de substituição de importações, com base na intervenção estatal e na ideia de um projeto de nação “moderna”. Paralelamente, o “desenvolvimentismo” foi vinculado à concepção da “cidade latino-americana” como projeto político e intelectual de modernização (Gorelik, 2005).

A análise aqui proposta parte da compreensão de que o desenvolvimentismo – ou a ideologia do desenvolvimento nos termos de Bielschowsky (2000) – assumiu no Brasil características específicas em relação a outros países da região, como apontam Ferrari e Negrelos (2016). As autoras ressaltam a antecipação de elementos estruturantes do pensamento desenvolvimentista no Brasil, como a industrialização e a defesa da intervenção estatal no plano econômico, voltados à construção de um projeto de nação, desde o primeiro governo Vargas, em 1930. Paralelamente, as consequências de sua implementação no campo urbanístico introduziram institucionalmente as práticas do planejamento urbano, especialmente pelo que se denominou “Marcha para o Oeste”, com a fundação de Cidades Novas em um território de escala continental. Experiências como Goiânia (1935), enquanto nova capital regional, e cidades operárias como Volta Redonda e Cidade dos Motores (1941/1942), já anunciavam particularidades brasileiras no processo de urbanização regional, que se intensificaram nas décadas seguintes.

O processo de urbanização por meio de Cidades Novas ganha novo fôlego no período da democracia formal (1945–1964), quando a ideologia desenvolvimentista é amplamente apropriada pelo campo do urbanismo, consolidando-se como estratégia de ocupação territorial. Tal diretriz esteve diretamente associada à implementação de grandes projetos de infraestrutura e eletrificação pelo país e, logo, na criação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), com destaque para sua política de uso múltiplo das bacias hidrográficas. O impacto dessa política no planejamento ocorre na criação de núcleos urbanos que, segundo Chiquito (2011), são assentamentos planejados junto às usinas hidrelétricas para servir tanto para abrigar os trabalhadores da sua construção quanto para corroborar o desenvolvimento da região.

A construção de usinas hidrelétricas ao longo do Rio Paraná, na lógica do projeto econômico-territorial da CIBPU, com participação no planejamento pela CESP, não apenas impulsionou o desenvolvimento industrial e econômico do país, como também deu origem a diversas Cidades Novas. Vila Piloto e Ilha Solteira, localizadas na divisa entre os estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo, podem ser entendidas como exemplos do método particular de planejamento regional integrado da CESP. Planejadas inicialmente para abrigar os trabalhadores da construção das usinas de Ilha Solteira, Jupia e Três Irmãos, inseridas no Complexo Hidrelétrico de Urubupungá, podem ser consideradas como marcos na história do planejamento territorial no Brasil.

Company town, industrial village, cité ouvrière, cottage system, conforme referências internacionais, são denominações que distinguem empreendimentos imobiliários que embora possam ter diversas formas e agentes produtores, são essencialmente destinados aos operários de empresas, com distinções indicadas por Correia:

Vila operária, fazenda, usina, bairro proletário, núcleo urbano, núcleo residencial, núcleo fabril, cidade operária, cidade-companhia, cidade-empresa e cidade nova são algumas das designações que essas aglomerações têm recebido entre nós, dependendo de suas características quanto a tamanho, forma, localização e condição político-administrativa, do tipo de atividade à qual estão ligadas e do momento histórico em que surgem. (Correia, 2001, p. 83).

Ainda segundo Correia, o termo “cidade operária” passa a ser utilizado no Brasil a partir da década de 1930, denotando uma ampliação na escala da aglomeração, maior que uma vila ou núcleo residencial. Desde aí, termos como “cidade-empresa” ou “cidade-

companhia”, enfatizam, além da questão da escala, os estreitos vínculos entre a aglomeração e a empresa que o constituiu. Para a autora, os termos “núcleo urbano”, “núcleo industrial”, “núcleo residencial” e “núcleo fabril” (Correia, 2001, p. 95), além de também denotarem uma questão de escala e autonomia, definem-se como os assentamentos isolados criados por indústrias, diferenciando-se das “vilas operárias”, como grupos de casas ou bairros localizados em uma cidade. Por fim, estas também se diferem dos *conjuntos habitacionais* ou *conjuntos residenciais*, porque estes incorporam, além das questões social, moral e sanitária atribuídas às vilas, a noção de um uso exclusivamente residencial, numa leitura funcionalista da cidade.

A partir desse quadro – a construção de Cidades Novas no Brasil entre as décadas de 1945 e 1980 – este artigo busca responder como cidades-empresa implantadas no Brasil no período, para a construção de hidrelétricas, se conformaram como instrumentos de desenvolvimento, além de forjarem novas dinâmicas sociais e urbanas. Tal investigação justifica-se pela importância em compreender as Cidades Novas não apenas como instrumentos técnicos de expansão territorial, mas como espaços de experimentação social e física de ideais políticos ou, como define Trevisan (2020), laboratórios socioespaciais.

Conformando um tipo de urbanismo que impacta profundamente na configuração socioespacial brasileira, a ideia de laboratório, aqui, é essencial para interpretar Ilha Solteira enquanto território modelo, concebido para provocar soluções urbanísticas e sociais associadas ao projeto desenvolvimentista. Neste caso, não se tem apenas uma “cidade-empresa” como nos apresenta Correia (2001), mas um núcleo criado envolto em formas de controle da empresa estatal até finalizado seu processo de emancipação. Assim, neste trabalho utilizamos o termo “núcleo urbano” por ser a forma como Ilha Solteira é denominada nos seus primeiros planos.

Entendemos, assim, que, em busca de crescimento econômico e social, as novas cidades na América Latina do século XX são uma manifestação urbanística que utiliza o território como lugar de experimentação. Especialmente no Brasil, são consideradas Cidades Novas, como instrumentos de dominação e expansão do território, que tem também a função de interiorizar a colonização desde 1930, com Vargas e seu projeto de expandir as fronteiras econômicas.

3 Transformações econômicas e políticas no desenvolvimentismo

Após 1945, a defesa do desenvolvimento por meio da industrialização ganhava ímpeto na América Latina, apesar de ainda carecer de instrumentalização ideológica e política. Este espaço é ocupado, sobretudo, pela Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) criada em 1948, que propôs “uma versão regional do desenvolvimento” inspirada no pensamento keynesiano (Bielschowsky, 2000, p. 24). A CEPAL analisava as tendências econômicas e sociais dos países latino-americanos, defendendo uma intervenção estatal ativa nos chamados “países periféricos” para impulsionar a industrialização via substituição de importações, como estratégia de superação da condição de subdesenvolvimento, superação que não se apresentava como um fenômeno espontâneo, mas como um processo que demandava ação deliberada, planejamento e vontade política. Para Fonseca (2012), somente através do Estado — enquanto instituição que materializa a racionalidade burocrática e política — seria possível viabilizar esse projeto de transformação social e econômica.

O planejamento, portanto, emerge como conceito-chave, conferindo consistência e sistematicidade às proposições da CEPAL entre as décadas de 1950 e 1960. Uma série de documentos orientando sua realização foi elaborada, destacando-se, entre 1948 e 1960, os trabalhos de Raúl Prebisch e Celso Furtado e, entre 1960 e 1970, as contribuições de Aníbal Pinto e Maria da Conceição Tavares (Bielschowsky, 1996). Dessa forma, a concepção de planejamento urbano e regional vinculada ao projeto de industrialização se reflete diretamente na materialização de iniciativas estatais, como a criação das cidades-empresas, que expressam a busca por uma organização racional do território e a modernização social.

Paralelamente, conforme destaca Gorelik (2005), a "cidade latino-americana" foi compreendida como o "*locus* do desenvolvimento", associando-se a modernização urbana ao crescimento social e econômico proposto para os países da região. A cidade modernizada, e criteriosamente *planejada*, foi concebida como caminho que conduziria os países latino-americanos à constituição de uma sociedade moderna e desenvolvida (Ferrari; Negrelos, 2022). Essa compreensão amplia-se a partir do período 1930-1945, quando a ideia de planejamento como função de governo se amplia para a implementação do urbanismo – e do planejamento urbano – como campo de uma política estruturada, impulsionada pela eleição das cidades como objeto estratégico de intervenção econômica, social e política por parte do Estado nacional (Fernandes, 2012).

No contexto das mudanças associadas ao crescimento da população urbana, "os urbanistas voltam-se para estratégias territoriais, instrumentos e mecanismos institucionais condizentes com a nova realidade" (Feldman, 2012, p. 36), priorizando o controle do crescimento urbano e a relação com os serviços públicos. O fortalecimento da presença do Estado como planejador e promotor do desenvolvimento se articula, portanto, com o controle e regulação do espaço urbano.

A partir do estudo sobre a utopia das Cidades Novas no planejamento, nota-se que a produção urbana promovida pelo Estado brasileiro, especialmente no século XX, está historicamente relacionada a uma prática ideológica que utiliza da força política, recursos de poder e de modelos utópicos instrumentos de dominação e expansão do território. Tal prática, mobilizada no campo do planejamento, evidencia o distanciamento entre os movimentos das utopias urbanas, como formas de pensar e criar a cidade ideal, e as experiências concretas na construção de Cidades Novas. Em alguns casos, como o de Ilha Solteira, a atuação do Estado assume, simultaneamente, os papéis de promotor do desenvolvimento – ao impulsionar a criação de novas cidades e infraestrutura pela expansão do território – e de regulador – ao estabelecer normas, diretrizes e instrumentos de planejamento territorial. Essa dupla atuação revela-se como elemento central na constituição da cidade-empresa.

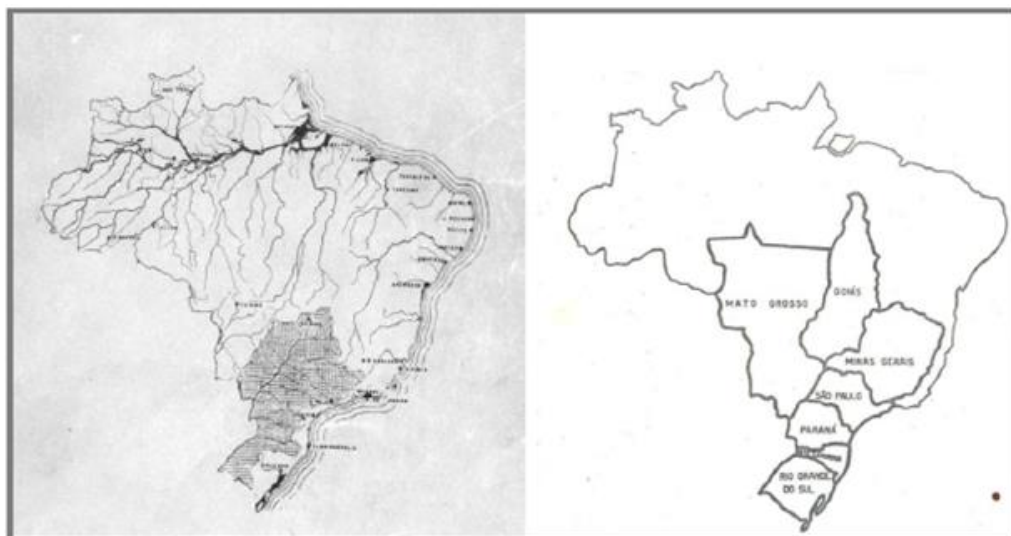
O cenário político brasileiro pós-guerra é marcado pela crise e pela crescente presença dos EUA nas decisões políticas e econômicas, com impactos diretos na urbanização. Missões técnicas norte-americanas, como as missões Cooke (1942) e Abbink (1948), identificaram o setor energético como um entrave ao desenvolvimento econômico, destacando as experiências da TVA (Tennessee Valley Authority), que valorizavam o planejamento integrado de regiões de bacias hidrográficas. No mesmo período, destaca-se a atuação de Le Bret, cuja chegada ao Brasil em 1947, fundando a Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), contribuiu para o fortalecimento das redes de planejamento regional. Tais ações compõem o ideário que sustenta a política dos governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) e Getúlio Vargas

(1951-1954), nas quais a energia assume papel estratégico no processo de industrialização.

Esse período foi marcado pela criação de regiões de planejamento e órgãos administrativos, culminando no plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), em 1950, e na implementação de planos regionais com foco no desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia pelo governo Vargas, em 1952, destacando-se a gestão do território na elaboração de planos para bacias hidrográficas por órgãos de planejamento. Exemplos incluem a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), fundada em 1945, a CIBPU, de 1951 – mesmo ano da criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), reforçando a contínua presença dos EUA na estruturação do setor energético brasileiro – e a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) de 1952.

Através de um convênio entre sete estados brasileiros – São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais (Figura 1) –, a CIBPU, de central interesse para nossa reflexão, atuou, entre 1951 e 1976, como órgão responsável por estudos e pelo planejamento da produção de energia, considerada um setor estratégico no processo de industrialização. Sua atuação evidenciou a bacia hidrográfica como unidade integradora do desenvolvimento regional (Vianna, 2012) e, “a partir dos anos 1960, a CIBPU atua como parte do amplo projeto político em âmbito latino-americano, exercendo papel ativo nos projetos, planos e estudos de desenvolvimento econômico e de infraestrutura da região” (Sampaio, 2023, p. 9).

Figura 1: Limites da bacia Paraná-Uruguai e estados membros da CIBPU.



Fonte: CIBPU (1951-1954 *apud* Chiquito, 2011, p. 91).

Nos objetivos relacionados ao uso múltiplo das bacias hidrográficas para a geração de energia, navegação e irrigação, havia também o estímulo à criação de novos núcleos urbanos e infraestrutura para o desenvolvimento do território no interior do país, além da implantação do sistema de navegação integrado ao de transporte rodoviário e ferroviário (Gardín, 2009). A necessidade de organizar e executar esses projetos levou à criação de instituições capazes de atender as demandas de energia da região, destacando-se a CESP, ao assumir a liderança na implementação da gestão dos projetos hidrelétricos no estado de São Paulo, consolidando-se como um dos pilares do desenvolvimento energético e territorial do estado, a partir da construção dos núcleos urbanos concebidos pela empresa.

A bacia hidrográfica do Paraná-Uruguai e, particularmente, o Oeste paulista, se consolida, nesse contexto, como uma região de grande interesse do Estado para a implantação de projetos idealizados pela CIBPU³, no sentido do aproveitamento do uso múltiplo dos rios, visando o planejamento integrado da Bacia, materializado com as obras da CESP. A atuação da CIBPU, portanto, é fundamental para compreender as condições políticas, econômicas e institucionais que deram origem às Cidades Novas da CESP, expressando a articulação entre planejamento estatal e empresa.

A produção de Cidades Novas, conforme Trevisan (2020), articula-se com projetos utópicos e visões idealizadas da sociedade, nos quais o espaço urbano é concebido como laboratório de experimentações sociais, políticas e arquitetônicas. Essas cidades são moldadas por intenções de controle, racionalidade e ordenamento, funcionando como espaços nos quais o Estado – ou agentes delegados por ele, como grandes empresas estatais – pode “fazer escolhas” que escapam às condicionantes e limitações das cidades tradicionais.

As Cidades Novas planejadas no contexto de grandes obras de infraestrutura, como as vinculadas à geração de energia por meio de barragens, assumem um papel central na tentativa de criar ambientes urbanos modelares, pensados para ordenar os comportamentos sociais e induzir padrões desejáveis de convivência e produtividade. Em Ilha Solteira, esse processo se materializa na estrutura urbana planejada pela CESP, onde a organização espacial e a distribuição funcional da cidade visavam atender à lógica produtiva do empreendimento energético e, simultaneamente, à criação de um modo de vida específico, alinhado ao ideário de progresso técnico e modernização social.

4 Cidades-empresas das usinas hidrelétricas – Ilha Solteira e Vila Piloto

A partir da ideia de desenvolvimento junto à potencialidade da construção de Cidades Novas para a ocupação do território e, adicionalmente, do polo urbano como elemento de organização territorial, ocorre a associação de programas nacionais às companhias estatais de geração de energia elétrica e aproveitamento hidroviário, no processo de urbanização. Nos planos da CIBPU, as vilas operárias são pensadas junto às usinas hidrelétricas. Assim, as experiências de construção dos seus núcleos urbanos culminaram no método particular de planejamento regional integrado da CESP, ao articular a produção de energia com os objetivos de desenvolvimento regional de vilas como formações habitacionais de apoio a empresas, que podiam tornar-se bairros ou cidades de caráter autárquico (Vianna, 2012).

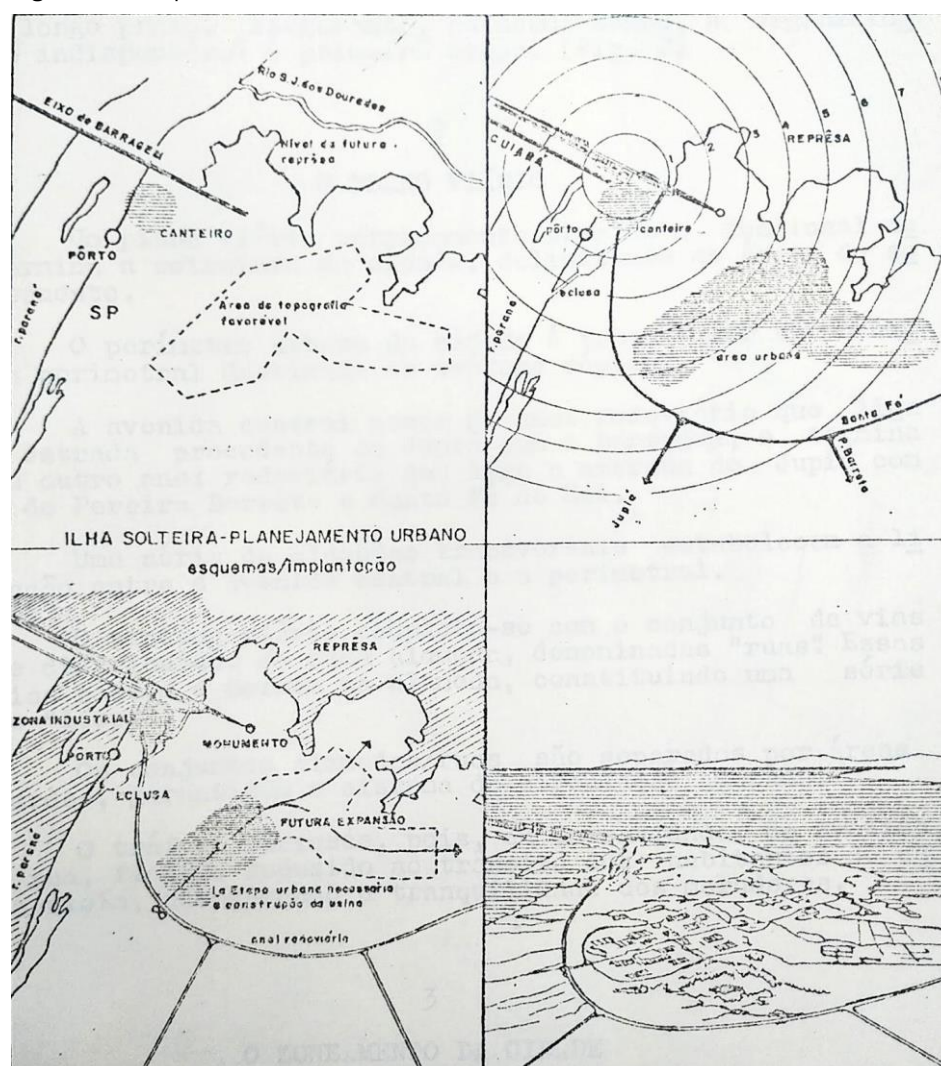
Nesse quadro, na bacia do Rio Paraná a CESP construiu três barragens, compondo o projeto de Urubupungá: Jupiá, Ilha Solteira e Três Irmãos. Jupiá foi a primeira usina, com construção iniciada em 1962 com o acampamento provisório “Vila Piloto”, localizado na cidade de Três Lagoas, enquanto nas imediações ainda foi construída a “Vila Permanente”, destinada aos operadores da usina. A usina de Ilha Solteira, cuja construção foi iniciada em 1966, deveria ser maior que a de Jupiá. Somados os problemas de um contingente maior de funcionários aos problemas que envolvem a implantação de vilas operárias e os fatores de ordem econômica, social e política, relacionados ao

³ Segundo Chiquito (2011), entre 1930 e 1964, apenas no estado de São Paulo, 43 cidades foram idealizadas e planejadas nesse formato.

desenvolvimento da região, a decisão foi pela construção de um acampamento com as características de uma cidade. Buscando-se atender de imediato às necessidades administrativas das Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. (CELUSA)⁴, foi proposto um modelo intermediário entre o acampamento de Jupiá e a estrutura de uma cidade, onde o cidadão ainda era bastante subordinado às exigências da companhia (Vianna, 2012).

A construção e implantação de Ilha Solteira deveria seguir as fases de crescimento relacionadas à construção da Usina e sua posterior emancipação. Desse modo, foram encomendados pela CELUSA os projetos para a organização do canteiro de obras, as subestações de energia, o núcleo urbano, além do planejamento do novo sistema rodoviário. O Plano Urbano I (Figuras 2 e 3) para o núcleo urbano de Ilha Solteira, realizado pela empresa Planemak (Planejamento, Arquitetura e Engenharia Ltda.), sob responsabilidade do engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange e do arquiteto Ariaki Kato, é concebido em 1967 e publicado em dois volumes. O núcleo urbano é inaugurado em 1968, com a transferência dos trabalhadores de Jupiá para o que ainda era um acampamento de obras (Vianna, 2012).

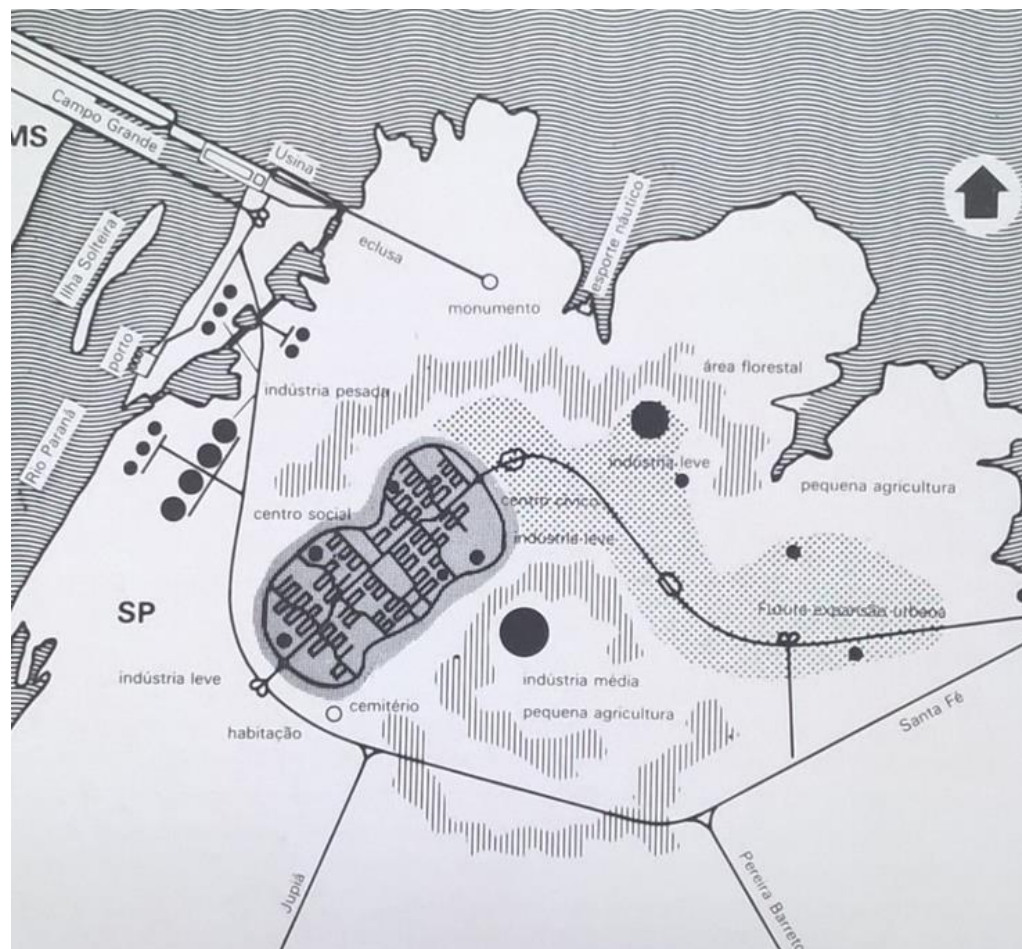
Figura 2: Plano para a cidade de Ilha Solteira.



Fonte: AEIS (1970, p. 37).

⁴ A CELUSA foi uma das empresas que compuseram a fusão de empresas para a criação da CESP, em 1966.

Figura 3: Plano para a cidade de Ilha Solteira.



Fonte: Cesp (1988, p. 14).

Como o núcleo urbano seria administrado por uma empresa e deveria, portanto, atender aos seus interesses, as diretrizes do Plano Urbano I foram concebidas de forma que a CESP conseguisse exercer algum tipo de controle sobre os trabalhadores que ali residiriam, de acordo com o contexto econômico e político do período ditatorial (1964-1985). Para isso, a Planemak propõe, além de seu planejamento, também a forma jurídico-administrativa da cidade e desenvolve aspectos urbanísticos que também consistiam em um conjunto de dispositivos de controle social (Mange; Kato, 1967).

A fim de justificar essa forma de organização, foi concebido, juntamente às diretrizes urbanas do Plano Urbano I, em seu segundo volume, o relatório técnico das condições de implantação do núcleo, constituído principalmente de instrumentos de controle social a fim de evitar “a desorganização de seu acampamento e a degradação da vida social do núcleo que se pretende instalar” (Mange; Kato, 1968, p. 28).

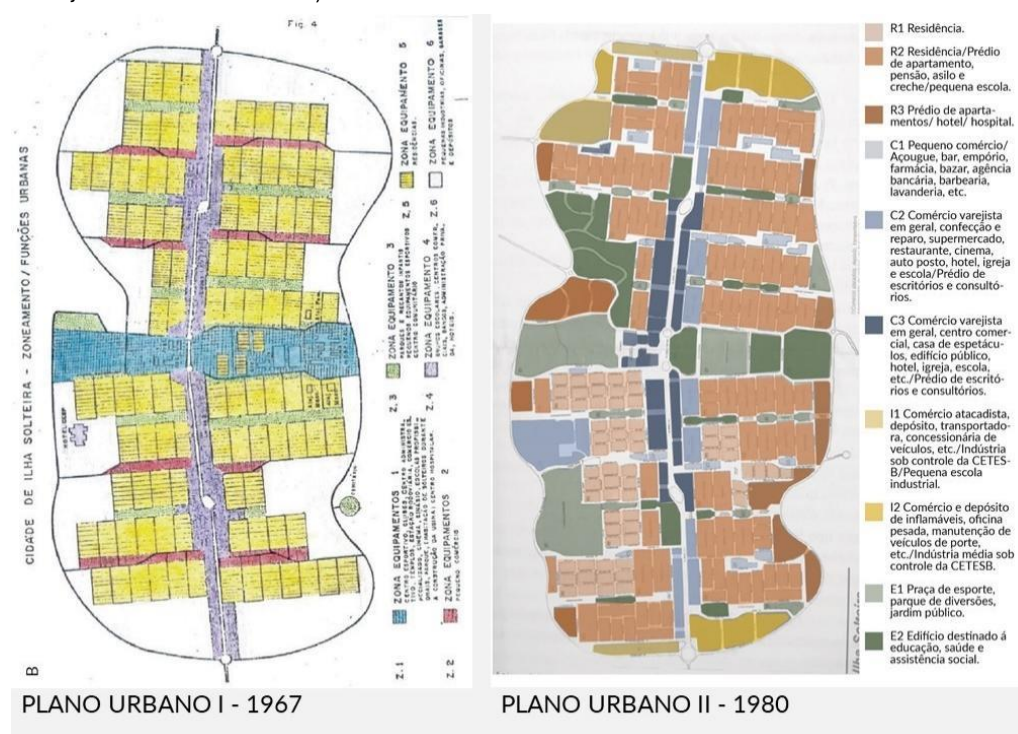
O Plano Urbano I, determina que, em um primeiro momento, a administração política de Ilha Solteira seria realizada pela CESP. Portanto, o plano deveria contemplar seus interesses que, como uma empresa estatal, correspondiam aos ideais de industrialização incluídos no viés ideológico estatal vigente. Aspectos como manutenção da ordem e organização atendiam diretamente os interesses de controle social sobre os trabalhadores pela empresa (na escala local) e de controle do poder político e econômico pelo governo militar (na escala nacional) (Sampaio, 2018). A população foi organizada por

níveis socioeconômicos, distribuída com determinação desde a casa do trabalhador e de sua família até o espaço de lazer a ser frequentado.

O núcleo tem seu pico máximo de habitantes – 32 mil – e início do processo de emancipação municipal em 1971, com a finalização da construção da Usina, envolvendo diversos mecanismos de incentivo ao desenvolvimento urbano e a transformação do núcleo urbano em sede do distrito de Bela Floresta, ainda no município de Pereira Barreto. A inauguração da Usina de Ilha Solteira ocorre em 1974 e a cidade ainda serve como acampamento para os operários da construção da usina de Três Irmãos⁵.

Ainda no sentido de buscar a emancipação do núcleo, ocorre a criação do *campus* da Universidade Estadual Paulista - UNESP, em 1976; a venda dos imóveis da CESP aos seus moradores, em 1980; a criação do assentamento rural Cinturão Verde, em 1984, planejado para ser fonte de produtos agrícolas para a cidade (Sant Ana; Sant'Ana; Sant'Ana, 2014); e o aproveitamento da paisagem natural para lazer e turismo, início do processo que resultaria no título de estância turística, em 2000 (Dourado, 2007). O Planejamento Urbano II, realizado em 1980 também por Mange e Kato (Figura 4), buscou atualizar e criar mecanismos para a expansão urbana junto à venda dos imóveis residenciais da CESP, mas a cidade só foi efetivamente emancipada e transformada em município em 30 de dezembro de 1991.

Figura 4: Plano urbano I (Planejamento de Ilha Solteira) e Plano urbano II (Ilha Solteira – Planejamento Urbano II/1980).



Fonte: AEIS (1970 *apud* D'Almeida, 2012); Planemak (1980). Elaboração: Sampaio (2018).

Assim, considerando Ilha Solteira como uma cidade-empresa vinculada à implantação de infraestrutura energética, é possível também compreender sua criação como parte de

⁵ Em 1980, se constrói, nesse mesmo modelo, o núcleo urbano de Porto Primavera, buscando promover maior autonomia em relação à administração da CESP, para que sua emancipação fosse mais rápida que a de Ilha Solteira, também buscando otimizar o custo social do empreendimento enquanto promovia novas condições para o desenvolvimento regional; Porto Primavera é transformada em distrito do município de Rosana em 1994.

uma estratégia de controle e expansão territorial e de organização da força de trabalho, conforme argumenta Correia (2001). A instalação de hidrelétricas no interior do país esteve atrelada não apenas à geração de energia para sustentar o crescimento industrial, mas também à ocupação planejada de áreas até então pouco exploradas, ampliando as fronteiras de atuação do Estado. Nessa perspectiva, as cidades criadas a partir de empreendimentos hidrelétricos operam como instrumentos de manifestação de poder e organização espacial, refletindo tanto os interesses estatais quanto corporativos.

5 Conclusões: Ilha Solteira como dispositivo de desenvolvimento, dominação e expansão do território

A análise da construção de Ilha Solteira como cidade-empresa vinculada à implantação de infraestrutura hidrelétrica revela como, no contexto desenvolvimentista brasileiro, as Cidades Novas extrapolam a função de simples suporte aos empreendimentos que as originam: elas encarnam uma utopia de sociedade planejada, que busca responder a demandas contemporâneas — como o déficit habitacional, o crescimento urbano desordenado ou a interiorização do desenvolvimento — por meio da construção de uma totalidade coerente com os projetos do Estado. Ilha Solteira, nesse sentido, exemplifica esse processo ao integrar produção energética, ocupação territorial e engenharia social em um único projeto de urbanização: planejada para atender à lógica funcional da usina hidrelétrica, mas também projetada como polo regional de desenvolvimento e vitrine do urbanismo moderno no Brasil. Esse aspecto é, ainda, reforçado pelas diretrizes do próprio Plano Urbano I (1967;1968), que refletiam esses ideais em uma organização funcional e hierarquizada, buscando controlar o desenvolvimento urbano enquanto ofereciam uma nova experiência de concepção de cidade.

A pesquisa permitiu demonstrar que a atuação da CIBPU e da CESP foi decisiva na definição de diretrizes para a ocupação da região do Oeste Paulista, contribuindo para consolidar a ideia da bacia hidrográfica como unidade de planejamento integrado. Ilha Solteira emerge, assim, como resultado de uma estratégia territorial mais ampla, que combinou racionalidade técnica, centralização estatal e mobilização de recursos urbanísticos para ampliar as fronteiras produtivas do país. O plano urbano de Ilha Solteira, com sua estrutura hierarquizada, funcional e instrumentos de controle social, demonstra a intenção de ordenar o crescimento urbano e, simultaneamente, moldar práticas sociais coerentes com os objetivos da empresa e do Estado, que se manifestam pelo domínio da empresa sobre os trabalhadores e o reforço dos ideais estatais de expansão territorial e controle.

Dentre os principais resultados da pesquisa, destaca-se o papel da cidade como dispositivo de gestão territorial e disciplinamento da força de trabalho, articulando a atuação da CESP à presença efetiva do Estado. A experiência de Ilha Solteira gerou uma extensa produção técnico-científica e institucional que serviu de base para projetos similares, como a construção dos núcleos urbanos vinculados à Usina de Itaipu, o que se verifica no trabalho “A cidade de Ilha Solteira”, elaborado em 1974 pela Administração Especial de Ilha Solteira (AEIS), com o objetivo principal de subsidiar a Diretoria de Itaipu por ocasião de sua visita à Ilha Solteira em 27 de julho daquele ano, reafirmando sua importância como modelo e referência no campo do planejamento territorial e urbano no Brasil.

As ações de expansão territorial associada à produção energética com implantação de núcleos urbanos para trabalhadores de empresa, com controle social e urbanístico, foram confirmadas na pesquisa e indicam os componentes de uma fase marcante da história do planejamento territorial e urbano no país, no quadro mais amplo da construção de uma ideia de América Latina como uma utopia de ocupação do território e dominação política. Nesse sentido, os resultados da pesquisa evidenciam uma especificidade brasileira na região, pela extensão do fenômeno no território nacional, a partir da dinâmica da “Marcha para o Oeste” como projeto estatal desde Vargas, indicando que Ilha Solteira, como Cidade Nova, contribuiu na urbanização do Oeste Paulista, consolidando o modelo de desenvolvimento energético e territorial.

Conclui-se que Ilha Solteira, como uma Cidade Nova, exemplifica a materialização dos ideais de cidades como dispositivos de desenvolvimento econômico pela ocupação do território e reflete a essência das Cidades Novas como “laboratórios socioespaciais” (Trevisan, 2013). Ao mesmo tempo que reforçou as estruturas de poder existentes, a experiência de Ilha Solteira proporcionou uma nova oportunidade de experimentação urbanística e social. Ao compreender Ilha Solteira como um laboratório socioespacial (Trevisan 2013), esta pesquisa contribui para o debate sobre a produção de cidades em contextos de grandes obras públicas, ampliando o entendimento sobre como o planejamento urbano se vincula a estratégias estatais de desenvolvimento e controle. A abordagem adotada permitiu interpretar a cidade não apenas como produto de uma política setorial (energética ou habitacional – de alojamento operário), mas como parte de um projeto mais amplo de ordenamento do território.

Do ponto de vista do controle social e da aferição dos resultados da implantação de seus instrumentos, para além da análise documental centrada na CESP e na AEIS, identifica-se a potencialidade de enfrentar a metodologia da história oral para estudos futuros, visando a verificação no campo das transformações cotidianas da cidade ao longo do tempo. Essa linha de investigação poderá orientar o aprofundamento sobre a dimensão sociocultural da experiência urbana em Ilha Solteira, explorando aspectos como a vivência e as estratégias dos trabalhadores em relação aos instrumentos de controle, as formas de apropriação do espaço e as permanências ou rupturas da configuração original, como contribuição à construção crítica da historiografia urbana.

Referências

- AEIS – ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL DE ILHA SOLTEIRA. Assessoria aos Serviços Comunitários (org.). **Ilha Solteira experiência de implantação de uma cidade**. Ilha Solteira: Cesp, 1970.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930-1964 y anotaciones sobre 1964-2005. *In*: CAVE, Rose (coord.). **Brasil y Chile, una mirada hacia América Latina y sus perspectivas**. Santiago de Chile: RIL editores, 2006.

BRESCIANI, Maria Stela Martins. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **URBANA: Revista Eletrônica do CIEC**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 63–94, 2014. DOI: 10.20396/urbana.v6i1.8635293. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635293>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre utopia. In: SOUSA, Cidoval Moraes (org.). **Um convite à utopia, volume 1**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. p. 29-45. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/kcdz2/pdf/sousa-9788578794880-02.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CHIQUITO, Elisangela de A. **A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí: do planejamento de vale aos pólos de desenvolvimento**. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.18.2012.tde-04042013-101944>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CHIQUITO, Elisangela de A. **O uso múltiplo dos rios e a urbanização da bacia Paraná-Uruguaí: o papel da CIBPU** [S. l.]: IPPUR/UFRJ e Fundação Casa de Rui Barbosa, 24 junho 2021. 1 vídeo (1 hora: 38 min: 41 segs.). [Webinar]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oAtL2nu2RIA&list=PLcyljqvnb45LtYlfX57PC0Zbsrx15OYvY&index=25>. Acesso em: 9 jul. 2021.

CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo**. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO. Ilha Solteira: a cidade e a usina. **Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo**, n. 2, São Paulo: Cesp, 1988.

CORREIA, Telma de B. De Vila operária à cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 4, maio 2001, p. 83-98. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2001n4p83>. Acesso em: 25 ago. 2025.

D’ALMEIDA, Carolina Heldt. **Produção empresarial da cidade: um laboratório/1965-1974**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.102.2012.tde-06112012-153224>. Acesso em: 01 set. 2025.

DOURADO, Lilian A. C. **O espaço público e a territorialidade do lazer na Estância Turística de Ilha Solteira – SP**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/996>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FELDMAN, Sarah. As comissões de Planos da Cidade na Era Vargas. In: REZENDE, Vera F. (org.) **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**. Niterói: Editora da UFF; Intertexto, 2012. p. 21-44.

FERNANDES, Ana. Urbanismo como política (1930-1945): formulação e experiências. In: REZENDE, Vera F. (org.) **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**. Niterói: Editora da UFF; Intertexto, 2012. p. 45-69.

- FERRARI, Camila; NEGRELOS, Eulalia P. Estado e planejamento na América Latina: origens do desenvolvimentismo no Brasil. **URBANA**. v. 8, n. 3, set./dez. [14]. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8646414>.
- FERRARI, Camila; NEGRELOS, Eulalia P. O conjunto habitacional na produção da metrópole na América Latina entre as décadas de 1930 e 1970: um olhar a partir de São Paulo. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 34, p. 186-213, ago./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.46752/anphlac.34.2022.4093>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- FONSECA, Pedro C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 21-49.
- GARDIN, Cleonice. **CIBPU: A Comissão Interestadual da bacia Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileira (1951-1972)**. Dourados: UFGD, 2009.
- GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 55-80.
- GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000100005>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Tradução: Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MANGE, Ernest R. de C.; KATO, Ariaki. **Planejamento de Ilha Solteira: Núcleo Urbano Relatório 1**. São Paulo: Planemak, 1967. 1 v.
- MANGE, Ernest R. de C.; KATO, Ariaki. **Planejamento de Ilha Solteira: Núcleo Urbano Relatório 2**. São Paulo: Planemak, 1968. 2 v.
- PLANEMAK. **Ilha Solteira – Planejamento Urbano II/1980**. São Paulo: Planemak, 1980.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, Dossiê América Latina, 2005, p. 9-31. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300002>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- REGO, Renato L. A conformação das cidades novas planejadas no Brasil do século vinte. **Paranoá**, Brasília, v. 13, n. 28, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n28.2020.13>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. Tradução: Silvío Rosa Filho, Thiago Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. [Epub].
- SAMPAIO, Inayara S. **Em favor da cidade aberta: Revertendo processos de privatização em Ilha Solteira (SP), a partir do Residencial Ilha Bela**. Trabalho de Finalização de Curso – Curso de Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/203889>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SAMPAIO, Inayara S. Origem e desdobramentos do desenvolvimentismo no Brasil: o poder estatal no processo de urbanização do Oeste Paulista. *In: XV Seminário Docomomo Brasil - Arquitetura e Urbanismo e a reconstrução do Estado e da sociedade*, 2023, São Carlos. **Anais do XV Seminário Docomomo Brasil:** Arquitetura e urbanismo e a reconstrução do Estado e da sociedade. São Carlos: IAU e FAU - USP, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xv-seminario-docomomo-brasil-2023/660837-origem-e-desdobramentos-do-desenvolvimentismo-no-brasil--o-poder-estatal-no-processo-de-urbanizacao-do-oeste-paul/> . Acesso em: 25 ago. 2025.

SANT ANA, Divanir Z.; SANT'ANA, Antonio L.; SANT'ANA, Vanessa. Z. Mudanças no espaço periurbano do município de Ilha Solteira (SP, Brasil): Expansão da área urbanizada do município de Ilha Solteira (SP) sobre o Assentamento Rural Cinturão Verde. *In: IX Congresso ALASRU*, 2014, Cidade do México. IX Congreso Sociedades Rurales Latinoamericanas: diversidades contrastes y alternativas. **Anais [...]**. Cidade do México: ALASRU, 2014. v. CD. p. 01-20.

TAVARES, Jeferson C. **Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional**. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.18.2004.tde-23092008-111353>. Acesso em: 25 ago. 2025.

TREVISAN, Ricardo. Cidades Novas: laboratórios socioespaciais. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 11-22, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/arqcom/article/view/2569/2153>. Acesso em: 25 ago. 2025.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/9786558460411>. Acesso em: 25 ago. 2025.

VIANNA, Mônica P. **Da edificação ao traçado urbano:** a experiência de planejamento regional integrado na CESP. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.102.2012.tde-30082012-164405>. Acesso em: 25 ago. 2025.